### À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. André Fernandes)

Requisita-se à Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima informações acerca das políticas orçamentárias e medidas cabíveis que estão sendo adotadas desde o começo do mandato do atual governo.

#### Senhora Presidente,

Assentado no art. 50° e 58°, § 2°, III da Carta Fundamental de 1988 cominado com os Artigos. 24°, IV, 115°, 116°, II, 117° do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requisita-se a Sra. Ministra Marina Silva esclarecimentos relativos as críticas realizadas à política ambiental devido aos recentes dados veiculados relativos à qualidade do ar de Manaus capital do Amazonas.

Com base em informações previamente reunidas, há relatos na mídia alegando que o governo atual responsabilizou o governo anterior. Essas informações foram acessadas em 14 de outubro de 2023, conforme fontes disponíveis:

# Fumaça em Manaus pressiona governo Lula, e Marina Silva reage culpando Bolsonaro

Em conformidade com o explanado, requer-se as informações a seguir:







#### CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

- I) Como o governo está envolvendo a sociedade civil, organizações não-governamentais e a população em geral na luta contra as queimadas na Amazônia?
- II) Quais indicadores de desempenho o Ministério utiliza para avaliar o progresso das políticas ambientais?
- III) Existe algum plano para a promoção da conscientização pública sobre questões ambientais e a importância da sustentabilidade?
- IV) Quais ações específicas foram implementadas para combater as mudanças climáticas durante esse período?
- V) Quais os planos orçamentários que estão sendo adotados para coibir o desmatamento e as queimadas na Amazônia?
- VI) Quanto já foi gasto no combate ao desmatamento no ano de 2023?
- VII) Por que os dados de queimadas aumentaram de forma exorbitante comparada ao governo anterior?
- VIII) Como o orçamento destinado ao Ministério tem evoluído desde o início do mandato, e quais são as prioridades de investimento e documentos que guarnecem essas informações?

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Este requerimento tem como objetivo solicitar esclarecimentos sobre a aparente omissão do governo brasileiro nas declarações prestadas acerca da crise das queimadas que enquadrou Manaus capital do Amazonas como a cidade brasileira com a pior qualidade do ar no mundo<sup>1</sup>.

Nos últimos meses, o governo atual tem utilizado como argumento a responsabilização do governo anterior quando são questionados acerca de matérias relativas à sua competência não demonstrado qualquer razoabilidade em suas alegações tampouco dados comparativos.

 $bolson aro.htm \#: \sim : \texttt{text} = 0\%20 \\ governo \%20 \\ do \%20 \\ presidente \%20 \\ Luiz, \\ cidades \%20 \\ com \%20 \\ a\%20 \\ pior \%20 \\ qualidade \\ 10\%20 \\ qualidade \\ 10\%2$ 



<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/10/13/fumaca-em-manaus-pressiona-governo-lula-e-marina-silva-reage-culpando-

de 2023.

Ademais, na matéria veiculada demonstrou-se que em comparação ao mesmo período, as queimadas em outubro aumentaram 148% em relação ao ano passado, no Amazonas.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Amazonas registrou um recorde de 2.770 focos de queimadas entre 1º e 12 de outubro deste ano, o maior número já registrado para esse mês. Comparativamente, o mês inteiro de outubro de 2022 teve 1.503 focos - 45% menos do que os primeiros doze dias de outubro deste ano. Apesar disso, a tendência geral na região é de queda, com um decréscimo de 10% nos focos de queimadas de janeiro a outubro de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, o desmatamento na região também apresentou redução.

Ao robustecer, é importante enfatizar que o princípio da publicidade orienta a Administração Pública, assegurando que os atos administrativos sejam divulgados pelo órgão responsável pela gestão do dinheiro público. Isso evita a supressão de informações públicas que devem ser disponibilizadas à sociedade e contribui para a desarticulação da corrupção nas entidades públicas.

Não obstante, em relação aos dados solicitados, é importante evidenciar que os legisladores têm o direito de requerer acesso direto às informações ao órgão responsável, seja para interesse individual ou coletivo, sempre seguindo as normas estabelecidas, como o Art. 5°, XXXIII e 37° § 1° da Carta Fundamental de 1988 e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Com base no que foi exposto, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle requisita a eminente Ministra que forneça as informações necessárias e esclarecimentos pertinentes sobre este assunto, que é de grande importância para a sociedade.

Sala das Sessões, em de

## André Fernandes Deputado Federal – PL/CE

